

## OS FUNDAMENTOS DO DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

*Marcelo Dornelis Carvalho\**

### **Resumo:**

Neste artigo procuramos debater alguns preceitos básicos sobre a formação profissional e o trabalho enquanto fundante do ser social, portanto como ação educativa, assim vislumbra-se a importância da compreensão do papel ontológico do trabalho na formação do ser social sem reduzir o ser social ao trabalho, já que o trabalho não é a única dimensão do homem, por outro lado tem-se também os condicionantes sociais que re-significam o trabalho na esfera social, que sob o capitalismo aparece como o trabalho degradante do ser social.

### **Palavras-chaves:**

Trabalho – formação profissional – educação - ontologia

### **Abstract:**

*In this paper we presents for debate some basic rules about vocational training and Labour as founder of the Social Being, therefore as educational action. This way we glimpse the real importance of understanding the ontological role of labour over the formation of the Social Being without reducing it to Labour. Because Labour is not the only dimension of the human being. The social determinations exist, on the other hand, and these provide with meaning to Labour in the social sphere, which under capitalism appears as social being's degrading work.*

**Key-words:** Labour - Vocational Training – Education - Ontology

## THE PILLARS ABOUT THE VOCATIONAL TRAINING DEBATE

Neste artigo procuraremos definir alguns parâmetros sobre a formação profissional em sua dimensão ontológica e epistemológica, o que significa considera-la numa perspectiva que vá além das divisões acadêmicas da ciência, mas que não implica em negligenciar as contribuições das diversas divisões consolidadas do mundo acadêmico. O que se pretende é realçar a formação profissional no conjunto da característica polissêmica do trabalho no interior da dinâmica territorial da sociedade.

Reduzir o trabalho à sua dimensão técnica, enquanto mero fator produtivo, significa perder as potencialidades de interpretar os fenômenos sociais que estão vinculados diretamente com a

precarização do ser social no capitalismo, significa não entender as formas que o trabalho assume no cumprimento das obrigações determinadas pelo capital, que sua exequibilidade localiza-se no da luta de classes, que por fim o trabalho deve ser entendido como o momento da história contada não pela redução da vida ao trabalho, mas no trabalho como fundante do ser social e das esferas de socialização que lhe dão dimensões de totalidade não totalitária. A postura de encarar o trabalho sob o capitalismo, como sendo a “atividade natural” da relação do homem com a natureza, é empobrecedora do debate e só mantém-se com ares de discussão pertinente, por seus evidentes desdobramentos políticos.

Neste sentido uma releitura de Lukács à sombra do que hoje assistimos enquanto precarização do mundo do trabalho, seja por que há um novo aparente, seja pela retomada de formas antediluvianas de trabalho, é de fato imprescindível para não confundirmos a crise atual do trabalho como crise final do sujeito trabalhador.

As necessidades que se impõem aos trabalhadores enquanto elementos formadores de seu saber técnico estão longe de serem neutras e definidas meramente pela “imposição” do avanço tecnológico, este mesmo é configurado pelas determinações do desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes.

Baseamos nossas reflexões, portanto, na compreensão do trabalho como elemento fundante do ser social, o que se traduz em superar o aparente dilema que se interpôs entre a centralidade ontológica do trabalho e a irredutibilidade do ser social ao trabalho.

Em outras palavras, quando nos reportamos a compreender o trabalho como fundante do ser social queremos apontar que é na atividade do trabalho que se encontram os elementos que transformam o homem em ser social, cuja evolução (em seu sentido espiralado, não-linear) leva o homem a criação de outras esferas sociais que “autonomizam-se” em relação ao trabalho, podendo de certa forma, influir mesmo sobre o trabalho, definindo-lhe conteúdos e sentidos “estranhos” aos seus desígnios, o que é próprio de um fundamento ontológico, que enquanto tal permite ir além de si mesmo, o que para o trabalho significa uma crescente socialização do ser social.

Tal perspectiva é o que perseguimos para compreender a educação enquanto esfera social determinada pelo trabalho e autonomizada, e nesta esfera a educação profissional como elo mais direto das determinações impostas pelo capital ao trabalho.

Delimitar nosso campo de debate é fundamental para não confundir a centralidade ontológica do trabalho, com a centralidade política do operariado, pois em algumas circunstâncias o debate sobre a própria centralidade do trabalho assume a identificação redutora do trabalho com o operariado, e, por conseguinte, a identificação trabalho-emprego, o que só é capaz de gerar confusões pouco estimulantes para o debate, já que procura apresentar grupos sociais que não teriam mais no trabalho seu momento fundamental de identificação, como portadores de um potencial pós-capitalista.

Este debate particularmente apresenta como prerrogativa o declínio do operariado típico do fordismo, ou seja, o operário fabril e de grandes concentrações em uma mesma unidade produtiva, como sendo o declínio da própria classe trabalhadora e em consequência do trabalho como figura central na coesão social.

Da mesma forma que alguns autores apresentam um esgotamento dos conflitos políticos assentados na luta de classes decorrente da incorporação da classe trabalhadora na mesma lógica societal do capital.

Ora, o que tais prerrogativas escondem é a forma histórica do trabalho sob o capitalismo, o estranhamento provocado pela alienação do produto do trabalho de seus produtores diretos, na transformação dos produtos do trabalho e dos sentidos que recobrem a vida sob o trabalho, que por sua vez está sob a égide da mercadorização da sociabilidade do ser social.

Entender que os complexos sociais fundados pelo trabalho sejam capazes de delimitar os parâmetros de atuação do próprio trabalho, ou seja, um retorno para o próprio trabalho daquilo que

funda o ser social e que por sua característica intrínseca de não se esgotar na realização do trabalho vêm a definir como uma realização do criador, que como criatura, ganha vida própria.

A apresentação que estamos realizando não permitirá esclarecer uma série de detalhamentos importantes numa discussão de tal amplitude, porém dado não ser nosso objetivo neste momento um aprofundamento da ontologia de Lukács, nos deteremos nas explicações que potencializam os questionamentos sobre a formação profissional dos trabalhadores sob a égide do capital.

Em primeiro lugar é fundamental a compreensão de que o trabalho é a mediação necessária entre o homem e a natureza, seja por que é através do trabalho que o homem supre suas necessidades básicas de sobrevivência retirando da natureza aquilo que lhe convêm, seja por que nesta relação o homem transforma sua própria natureza, assim, embora todos os outros seres vivos se relacionam com a natureza, só o homem é capaz de obter nesta relação um salto qualitativo de sua consciência, um salto ontológico para sermos fiéis a Lukács.

Tal salto tem no trabalho seu momento fundante, pois é na esfera do trabalho que o homem executa o ato teleológico, aquilo que permite a ele ter em sua mente o que se objetiva quando se põe a trabalhar, antes mesmo de efetivar a transformação daquilo que se propõe.

No mundo dos homens, segundo Lukács, temos um processo em tudo e por tudo distinto. Em primeiro lugar, porque as transformações apenas podem vir a ser por meio de atos teleologicamente postos que exibem, sempre, um caráter de alternativa. Isto confere à processualidade social uma qualidade radicalmente distinta da natureza (LESSA: 1997, 43)

Compreende-se que a causalidade, o conjunto das coisas existentes, é transformada em causalidade posta, pelo ato teleológico, ou seja, o ser-em-si existente é levado à transformação num sentido preciso, fornecido pela teleologia, que só é crível de existência no interior do trabalho, que por sua vez só torna possível essa intelegibilidade quando verificamos a existência da alternativa.

O que a citação acima nos propõe para o debate vai além da relação do homem com a natureza para situar-se na dinâmica intrínseca do trabalho de extrapolar-se e redefinir-se em outros complexos sociais, sua socialização. Pois com o trabalho sendo o momento que unifica o mundo dos homens, em que na utilização da natureza na processualidade social, os objetos naturais não têm transformado seu estatuto ontológico, apenas estão agora, enquanto causalidade posta, objetivados nesta síntese que é o mundo do homens.

Mas o que efetivamente há no trabalho que lhe dá esta característica ontologicamente intermediária, de fundar o ser social, mas de não prender o ser social à sua esfera exclusiva?

Antes mesmo de procurar uma saída simplista para o problema proposto, cabe entender na *démarche* lukacsiana a busca dos meios e a posição do fim como momentos distintos do ato teleológico e que permite compreender a autonomização dos complexos sociais fundados pelo trabalho.

Enquanto ato teleológico o trabalho requer para sua plena realização o conhecimento da legalidade das “coisas” que devem ser transformadas num sentido conhecido, este momento é o da busca dos meios que no limite é a razão de ser da curiosidade humana, fundadora da ciência, por exemplo, mas que não pode a ela ser imputada exclusividade na busca do conhecimento da legalidade existente.

Porém esta busca dos meios não se encontra desarticulada dos outros complexos sociais e, fundamentalmente, suas determinações encontram-se na posição do fim, ou seja, na finalidade proposta ao trabalho. Neste sentido, o processo de valoração social é imprescindível para compreender como se relacionam indivíduo e processualidade social, pois são nos valores entronizados no indivíduo que estão configurados os atos que realiza como trabalho, como ato teleológico, portanto embora somente ao indivíduo possa ser atribuído o ato teleológico, este ato não deve ser considerado isolado do processo

social, já que é o contexto dos complexos sociais que contribui para a definição das alternativas postas aos indivíduos.

Para finalizar a questão proposta cabe salientarmos outra característica presente no trabalho e que também está relacionada aos “saltos” que o trabalho proporciona ao ser social, trata-se da alienação, entendida como o momento em que a causalidade transformada em causalidade posta transmuta-se em algo que já não pertence ao seu realizador, ou seja, a objetivação do ato teleológico faz com que o ente objetivado ganhe contornos e sentidos “próprios”, diferentes daquele que lhe foram atribuídos.

## II

Assim o trabalho como momento fundante do ser social, cuja posição ontologicamente intermediária potencializa outros complexos sociais e a educação como esfera do ser social autonomiza-se sobredeterminada por outras relações sociais, que sobre a égide do capital, adquire a expressão fenomênica da mercadoria.

Embora não seja oportuno agora retirar desta perspectiva de mercadorização da educação os desdobramentos para a formação do trabalhador, é imprescindível neste momento que se reconheça que ela redefine os parâmetros da educação não como mercadoria em si, mas como elemento fundamental para o controle societal do capital, o que não significa de forma alguma uma redutibilidade da educação à mercadoria e nem da univocidade de seus sentidos.

Antes de aprofundarmos nossa discussão sobre a esfera social da educação e do conhecimento no ser social é preciso salientarmos que a preocupação de Lukács assenta-se na busca de uma ontologia do ser social, não uma ontologia geral, o que é significativo já que não há pretensão de reduzir-se a ontologia a ontologia do ser social, e também não se reduzir a ontologia do ser social ao trabalho, isto seria ser injusto com o “espírito” de Lukács.

Creio que uma das noções fundamentais neste sentido é o da historicidade do ser social, somente compreensível em sua magnitude para o pensamento marxista, quando nos reportamos ao próprio Lukács:

Para compreender de maneira justa o marxismo, a historicidade do ser, enquanto sua característica fundamental, representa o ponto de partida ontológico que leva à correta compreensão de todos os problemas (Lukács apud LESSA: 1997, p. 32)

Essa ressalva é importante, pois não se trata de levar a história à condição de ser, é fundamental para compreensão da ontologia do ser social, que não há nenhuma possibilidade de que a história tenha um caráter teleológico, o ser social é que é histórico, de forma que a essência e expressão de sua forma sejam compreendidas em uma historicidade em que o ato teleológico no interior do trabalho só é realizável pelo indivíduo.

Não se deve confundir tal perspectiva com a ausência de sentido do ser social, porém é claro que tais sentidos encontram-se não no ato teleológico em si, mas no processo de valoração, constitutivo da finalidade do trabalho.

Assim a historicidade do ser social é compreendida como a possibilidade concreta de continuidade, de irreducibilidade da essência ao fenômeno, simultaneamente à sua ineliminável distinção, pois conforme assevera LESSA:

...o ser é histórico, porque sua essência ao invés de ser dada *a priori*, se consubstancia ao longo do próprio processo de desenvolvimento ontológico (LESSA: 1997, p. 33)

Ou seja, tendo na essência o *locus* da continuidade é preciso salientar que seu desenvolvimento desdobra-se concretamente através das mediações do ser-precisamente-assim das formas fenomênicas, que por sua vez, influenciam decisivamente no desdobramento posterior da essência, determinações reflexivas essência-fenômeno, portanto.

Coloca-se premente, então, compreender no esquema geral explicativo de Lukács o trabalho como momento fundante do ser social, isto é possível com a compreensão de que a objetivação é o momento do trabalho em que há a transmutação da teleologia em causalidade posta, sendo que o ato teleológico só é possível de existir no interior do complexo trabalho, compreensível pela categoria da alternativa.

Em outras palavras, à causalidade o ato teleológico, interno ao complexo trabalho e só a ele, imprime-se transformando-a em causalidade posta, que por sua vez em outro momento será a causalidade que outro ato teleológico transformará. Desta forma, o trabalho fundando o ser social é por ele transformado pelas esferas sociais que se autonomizam, que é o que acontece com a criação e dominação do trabalho abstrato sob o trabalho concreto sob o capitalismo; isto acontece sem alterar a essencialidade do trabalho, enquanto expressão ontológica do ser social na sua relação com a natureza.

Para a realização do ato teleológico interpõe-se como necessário a busca dos meios para a transformação desejada, este é o momento da ontologia lukácsiana em que se funda a busca do conhecimento e por conseguinte da ciência e educação formal.

Para a correta transformação, no sentido teleológico desejado, faz-se necessário compreender a legalidade da causalidade, já que sua incompreensibilidade impossibilita a transformação teleológica, assim é que na busca pelos meios adequados que se fundamenta a busca pelo conhecimento, cuja singularidade no capitalismo, ao libertar as forças produtivas do capital, ensejando a separação entre valores de uso e valores de troca têm a possibilidade de desenvolvimento de uma esfera social autônoma que vai se incorporando no processo produtivo: o conhecimento científico, que elaborado sistematicamente durante séculos, acumulando saberes e dando ordenamento racional a eles, constitui-se cada vez mais como um importante instrumento para o capitalista realizar a acumulação ampliada do capital.

Esta imposição ontológica de prévio conhecimento da causalidade não se realizando assume o caráter de posição teleológica, conforme afirma LESSA:

Todavia, não é uma determinação gnosiológica que eleva um fato de consciência a uma posição teleológica, mas sim a função que exerce na processualidade social. Apenas se atuarem sobre os nexos causais, transformando-os, em alguma medida, em nexos causais postos, estes fatos da consciência serão posições teleológicas.(LESSA: 1997, p. 70).

Da mesma forma, esta não-realização teleológica impossibilita qualquer relação com a natureza, logo qualquer possibilidade de trabalho, o que na perspectiva lukácsiana é a não-realização do ser social, pois assim os nexos causais, como nos aponta LUKÁCS:

...continuam a operar no seu modo natural e a posição teleológica se suprime por si, já que, não sendo realizável, se reduz a um fato de consciência... ...impotente frente à natureza (LUKÁCS *apud* LESSA: 1997, p. 70)

Porém em nenhum momento pode-se aventar um niilismo gnosiológico decorrente deste necessário conhecimento da legalidade causal, pois poderíamos crer que não haveria possibilidade do conhecimento pleno destas legalidades, já que mesmo antes da construção da ciência, o trabalho não deixou de existir como momento fundante do ser social e mesmo com o desenvolvimento da ciência não se pode acreditar que tenhamos atingido a plenitude do conhecimento, mas também nem por isso o trabalho deixa de existir.

Este conhecimento da legalidade impõe-se como imanente a partir da infinidade intensiva, ou seja:

Uma vez que todo objeto natural, todo processo natural tem uma infinidade intensiva de propriedades, de interrelações com o mundo que o circunda, etc., o que dissemos só se refere àqueles momentos da infinidade intensiva que, para a posição teleológica, têm importância negativa ou positiva. Se, para trabalhar, fosse necessário uma consciência, mesmo que só aproximada, desta infinidade intensiva enquanto tal, nas fases iniciais de observação da natureza (quando não existia uma consciência em sentido consciente) o trabalho não poderia jamais ter surgido (LUKÁCS: s/ data, p. 10).

O que procuramos ressaltar é o trabalho como momento fundante do ser social e, portanto, fundante dos complexos sociais, que no desenvolvimento dialético do ser vai se tornando um complexo de complexos, socializando de forma crescente a relação do homem com a natureza, o conhecimento.

Ou seja, a transformação, pelo trabalho, da causalidade em causalidade posta e a objetivação/alienação de todo ato teleológico é capaz de nos fornecer os elementos para tornar inteligível essa capacidade do trabalho de fundar o ser social em sua permanente complexificação dos complexos sociais que o compõe.

Quando ocorre a transformação desta causalidade num sentido definido pelo ato teleológico, o que requer compreender a legalidade desta causalidade, temos a objetivação em causalidade posta, para exemplificarmos, podemos pensar na transformação de fragmentos de rochas em machados, previamente concebidos e são estes machados a objetivação do trabalho, de tornar concreto o que era apenas potencial. Observe-se que desta forma, entre tantos usos que se poderia dar à rocha, foi a alternativa de transformá-la em machado que se concretizou.

Porém um outro momento é fundamental para continuarmos nosso debate: todo ente objetivado é também alienado, no sentido de que aquilo que se tornou objetivo passa a ganhar sentidos diferentes daquilo que se propôs, e que a apropriação (entendida não somente como propriedade de algo, mas como a apreensão mental do objeto) sendo relacional, incorpora no ser social os sentidos alienados do ente objetivado, é como afirmar que o capital criador de formas degradantes de trabalho é criação humana e não uma coisa alienígena ao ser social.

A vida material das sociedades, as relações que articulam a totalidade social enquanto tal, assim como o processo de constituição de cada subjetividade, da personalidade peculiar a cada indivíduo, adquirem ao longo do tempo um conteúdo crescentemente genérico. Na esfera dos valores, essa tendência se manifesta através da gênese de valores crescentemente universais e crescentemente mediados. O desenvolvimento destes valores e processos valorativos resulta em complexos sociais que, de forma cada vez mais intensa, articulam as decisões individuais com os destinos do gênero como um todo. Pensamos não somente no mercado, mas também na moral, nos costumes, no direito, na ética e na estética” (LESSA:1997, 111)

### III

Os complexos sociais, conforme já afirmamos anteriormente, autonomizam-se com os saltos ontológicos realizados pela humanidade, que indicam uma intensificação do social, mesmo que seu momento fundante esteja vinculado diretamente ao trabalho e devido à ação que a totalidade social exerce na constituição das alternativas postas aos indivíduos, estes atuam sob estes parâmetros, embora isso não implique numa *totalização* da totalidade social, ou seja, não se trata do fim do indivíduo.

E a totalidade social no capitalismo tem em sua centralidade o fetiche da mercadoria, a transformação do trabalho em uma dupla condição (produtor de valores de uso e produtor de valores de troca) é o que caracteriza sob o metabolismo societário do capital a transformação da mercadoria como razão-de-ser das ações humanas no capitalismo.

Ou seja, esta razão-de-ser está fundada na característica do trabalho enquanto momento fundante do ser social, se este trabalho assume portanto uma dupla característica no capitalismo, sendo possível “comercializá-lo”, a condição de mercadoria passa a ser constitutivo referencial das relações sociais, desdobra-se desta consequência para a formação profissional, a possibilidade real no capitalismo, de formar/qualificar a força de trabalho para produzir valores de troca, “desformando/desqualificando” o trabalhador, o ser social trabalhador.

As alternativas postas para os indivíduos são aquelas possíveis, por isso são alternativas postas, quer dizer que uma alternativa só se configura como impossível, não pela sua possibilidade concreta, de imediato. O impossível aqui significa que ela não está nem mesmo colocada enquanto superação das condições atuais, enquanto teleologia.

Em outras palavras, não sabemos o que é impossível, a possibilidade neste sentido ontológico da alternativa posta para o ser social é, portanto, o que é realizável no imediato e na superação, se o que se realiza é apenas e tão somente o imediato, isto implica que a totalidade social exerce sobre o indivíduo influência no sentido de que ele se considere “satisfeito” com estas realizações imediatas, não vislumbrando comumente as possibilidades de superação.

Creio que estamos falando aqui claramente da alienação e do estranhamento, que se adquirem formas singulares no capitalismo, creio não ser possível encara-los como exclusividade desta formação social.

Nas palavras dos autores:

Duas contradições põem-se: de um lado a produção social da igualdade de coisas distintas (troca de mercadorias distintas), de outro a aparência da organização social, que oculta sua efetiva racionalidade, dessa forma promovendo uma cultura de homogeneidade e igualdade sociais, o que poderia constituir-se em base para a produção da ideologia liberal (SILVA Jr. e GONZÁLEZ: 2001, p.89)

Portanto o plano concreto da mercadoria (satisfação das necessidades) está subsumido no plano da organização social que oculta seu caráter fetichizante, ou seja, o fato da mercadoria apresentar-se alheia às

relações do trabalho individual dos produtores com o trabalho total, de apresentar-se como coisa, é a essência do movimento do trabalho sob o capital.

A cultura produzida pelo capitalismo tende a estabelecer como nexos relacionais de compreensão e apreensão do mundo a possibilidade da troca de tudo o que existe e é criado. A educação, componente deste complexo social, apresentará a contradição entre o estabelecido pelo iluminismo, em que através da razão se constituiria a potencialidade da emancipação humana e o realizado sob o capitalismo através da fetichização da mercadoria. Ressalte-se que tal contradição se insere na impossibilidade de se cumprir pela razão a prerrogativa da emancipação humana, pois é negado ao sujeito do trabalho a realização para si, a possibilidade de libertar a criatividade das amarras da “necessária” produção de mercadorias, limite intangível da vontade.

A proeminência da razão decorre de sua gênese e limitação no campo social da cultura capitalista, o que indica para SILVA Jr. e GONZÁLEZ (2001) o destino genético da razão: de não permitir uma educação dos trabalhadores para os trabalhadores. Nos marcos da razão a educação e a formação do sujeito somente se objetivam na concordância com a totalidade social do capitalismo. Estas assertivas talvez sejam discutíveis, já que aparentemente negam qualquer possibilidade dialética de alternativa, mesmo pela educação formal, de superação da condição do trabalho abstrato.

Muitas questões advêm destas assertivas que, embora pertinentes, não temos nenhuma pretensão de resolvê-las neste momento, mas apenas apontá-las. Em primeiro lugar podemos afirmar categoricamente que a razão é em si imbricadamente portadora do fetichismo da mercadoria? Ou seria tal fetiche próprio da razão iluminista e não de qualquer razão? Quais elementos constitutivos da razão e/ou da razão iluminista nos permitiriam aproximar da solução destas questões?

Como finalização *momentânea* de dúvidas e incertezas que tornamos públicas, cabe aqui a posição do indivíduo no contexto das determinações do trabalho.

#### IV

O indivíduo ou a individualidade no capitalismo tem uma relação muito forte com o trabalho abstrato, isso implica reafirmar duas coisas: que existem outras relações com implicações na formação do indivíduo, o qual, portanto, não se restringe à esfera do trabalho e esta proximidade indivíduo-trabalho abstrato é fetichizada pela mercadoria enquanto *ethos* capitalista. Em outras palavras, quanto mais próximo e identificado com as expressões abstratizantes do trabalho, menos vislumbra-se a identificação plena do ser social com o trabalho fundante de sua condição, o que não implica numa negação da alternativa, por parte destes mesmos sujeitos, de a partir de sua condição concreta superarem esta condição, isto nada mais é do que a reafirmação do papel revolucionário que só cabe aos trabalhadores (que é diferente de afirmar a imanência revolucionária de todo trabalhador)

Nesta relação íntima do indivíduo no capitalismo com o trabalho abstrato existe a construção de uma rotina de uma naturalização da venda da força de trabalho e mais do que isso, de uma forma particular de realização deste trabalho (emprego, salário, fordismo, toyotismo) que influencia significativamente nas individualidades, porém não se pode ignorar que há muitos elementos nas individualidades que não se limitam a esse comportamento obreirista, indicando claramente que não se pode resumir o indivíduo,

mesmo no capitalismo, ao trabalho (concreto ou abstrato, sendo fiéis a ontologia do ser social de Lukács de irreduzibilidade do indivíduo/sujeito/ser social ao trabalho).

Uma das conseqüências desta compreensão é a afirmação do “descentramento” do trabalho na sociedade contemporânea, em face da diminuição do operariado. Ora, isto é “encarar o touro pelo rabo”, já que a transformação do padrão de emprego não significa em absoluto que deixam de existir indivíduos que precisam comercializar sua força de trabalho.

Portanto, mesmo considerando o trabalho abstrato, não há elementos consistentes que afirmem a redutibilidade do indivíduo ao trabalho e de que o trabalho não mais constitui-se como elemento fundante do ser social.

A educação, a formação profissional, enquanto esferas constitutivas do ser social, não se reduzem ao trabalho, porém têm nele seu momento fundante, daí o caráter ontológico do trabalho em nossa sociedade, em que as determinações que lhe direcionam, em cada período histórico, sobredeterminam as outras esferas, portanto põe-se premente o conhecimento do modo constitutivo do trabalho sob a hegemonia do capital e os princípios que regem seu movimento, para compreendermos na radicalidade dos complexos sociais suas contradições e possibilidades de superação.

## **Bibliografia**

-

ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital*. Londrina: Práxis, 1999;

\_\_\_\_\_. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000;

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Scritta, 1991

\_\_\_\_\_. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo e RÊGO, Walquiria Leão. *Lukács, um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996.

AZEREDO, J.A., MARTINS, J.F., GENNARI, E. *Gestão democrática sindical: como e para quê?* São Paulo: CPV, 1994

BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2000;

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO Jr., A. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Unicamp/Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BORGE, Altamiro “FAT: formação ou atrelamento ao Estado?” In: QUINZENA, São Paulo:CPV, nº 284, 20/01/00;

- BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996
- BRESCIANI, Luis Paulo. *Da resistência à contratação. Tecnologia, trabalho e ação sindical*. São Paulo: Cni-Sesi-Dn, 1994
- CARVALHAL, M. D. *A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP: elementos para uma leitura geográfica*. Dissertação de Mestrado Pres. Prudente/FCT/UNESP, 2000.
- CATTANI, Antonio David. *Trabalho & Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Avaliação externa da política nacional de formação da CUT*. São Paulo: Xamã, 1997.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS/REDE UNITRABALHO *Diagnóstico da formação profissional – ramo metalúrgico*. São Paulo: CNM/UNITRABALHO, 1999.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2002.
- FERRETI, Celso J., SILVA Jr., João dos Reis e OLIVEIRA, Maria R.N.S. (orgs.). *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999;
- FIDALGO, Fernando Selmar (org.). *Gestão do trabalho e formação do trabalhador*. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.
- FIDALGO, Fernando Selmar. *A formação profissional negociada. França e Brasil, anos 90*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GENNARI, Emilio. *Automação, terceirização e programas de qualidade total*. São Paulo: CPV, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Sindicato e organização de base. Passos e tropeços de ontem e de hoje*. São Paulo: CPV, 1999.
- GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação. Visões críticas*. Petrópolis: Vozes, 2001 (10<sup>a</sup>. edição)
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel* São Paulo: Boitempo, 1999.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 1988 (2<sup>a</sup> edição)
- JESUS, A. T. *Educação e Hegemonia*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Cortez, 1989.

- KAMMER, Marcos. *A dinâmica do trabalho abstrato na sociedade moderna: uma leitura a partir das barbas de Marx*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998
- KATZ, C. BRAGA, R. COGGIOLA, O. *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
- LEITE, Marcia de Paula. *O futuro do trabalho. Novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta, 1994
- LEITE, Márcia de Paula e NEVES, Magda A. (orgs.). *Trabalho, qualificação e formação profissional*. São Paulo, Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- LÊNIN, V.I. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978
- LESSA, Sérgio. *Trabalho e ser social*. Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997.
- LESSA, S. e PINASSI, M. O.(orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LOSOVSKY, D. *Marx e os sindicatos: o marxismo revolucionário e o movimento sindical*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.
- LUKÁCS, Georg. *O trabalho, s/ data* (mimeo)
- \_\_\_\_\_. *A reprodução da sociedade como totalidade, s/ data* (mimeo)
- MAIA, Marco Aurélio Spall (org.). *Trabalho, educação e cidadania: reflexões sobre o Programa Integrar*. Porto Alegre: CNM/CUT, 1999
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril, 1984
- \_\_\_\_\_. *Capítulo VI inédito*. São Paulo: Moraes, 1985
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. São Paulo: CHED, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. São Paulo; Hucitec, 1999 (11<sup>a</sup>. edição)
- MATTOSO, Jorge E.L. *et alli* (orgs.). In: *O mundo do trabalho: crise e mudança no final de século*. São Paulo: Scritta, 1994, p 521-562.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil desempregado*. São Paulo: CNM/CUT e Perseu Abramo, 1999
- MÉSZÁROS, István . *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987
- \_\_\_\_\_. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Petrópolis:Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, C. A.B. MATTOSO, J. E.L. *Crise e trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996.
- PEDREIRA, Valdemar S. *Comissões de fábrica: um claro enigma*. São Paulo: Cooperativa,1997.

RANIEIRI, Jesus. *A câmara escura. Alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVA Jr., João dos Reis e GONZÁLEZ, Jorge Luis Camarano. *Formação e trabalho. Uma abordagem ontológica da sociabilidade*. São Paulo: Xamã, 2001.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, D. B. de, SANTANA, M. A. e DELUIZ, N. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

SOUZA, J. dos S. *Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2002.

TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo A (orgs.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho! *Pegada*, v.3, número especial, agosto de 2002, Presidente Prudente, CEGeT, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. *Por trás dos canaviais, os nós da cana*. São Paulo/FAPESP, 2002b.

THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho societal dos sem terra no Brasil. *Revista Abra*, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. *Qualificação do Trabalho: Adestramento ou Liberdade*. Barcelona, v.1, n.º 1, set. 2000. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm>

---

\* Professor de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Câmpus de Marechal Cândido Rondon; doutorando em Geografia, junto à FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior; membro do “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT) e do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi). E-mail: [mcarvalho@unioeste.br](mailto:mcarvalho@unioeste.br)